2012

RELATÓRIO & CONTAS



Cabo Verde Fast Ferry SA.

Velocidade, Conforto e Segurança

26 de Abril de 2013

Conteúdo

1. Sumario Executivo. 1
2. Indicadores Chaves. 2
3. Órgãos Sociais. 3
4. Estrutura Accionista 4
5. Enquadramento Geral. 4
6. Actividade Operacional 8
7. Organização Interna e Estrutura Orgânica da Empresa 9
8. Recursos humanos 10
9. Sistema de Informação. 10
10. Análise Económica e Financeira. 11
11. Eventos subsequentes. 15
12. Perspectivas de evolução futura. 15
13. Proposta de aplicação de resultados 15
14. Notas Adicionais. 16
15. Agradecimentos. 18

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

II. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

III. PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Sumario Executivo

A Cabo Verde Fast Ferry – CVFF, completou o seu segundo ano de operações efectivas, no entanto, longe de concretizar o seu Plano de Negócios. As perspectivas deste, apontavam para o posicionamento da segunda unidade, o LIBERDADE, no mercado nacional e inauguração de novos itinerários, com o consequente crescimento do volume de negócios, pela concretização do plano de investimento nas unidades marítimas e constituição inicial da frota.

Desde os finais do 1º trimestre de 2012 que a Empresa se debate com a viabilização de financiamento para resolução do contrato de construção das duas unidades da frota com os Estaleiros da DAMEN, tendo vindo a desenhar soluções que passam por novas parcerias. As dificuldades de vária ordem encontradas, conduziram ao escalar do seu endividamento, que urge resolver de forma a realinhar-se.

É nessa urgência e situação que já no último trimestre de 2012, em acordo com os Obrigacionistas, a CVFF reestruturou o seu órgão de gestão, com a redução dos efectivos do seu Conselho de Administração, passando este a ter funções executivas, com o comprometimento de um esforço conjunto na busca de soluções. Mesmo assim, acabou por fechar o ano sem ainda ter uma solução efectiva de financiamento, continuando a perspectivar uma parceria sólida que poderá contribuir para a viabilização do crédito desejado.

A actividade da empresa durante o ano, com a exploração da única unidade operacional, caracterizou-se por uma evolução positiva dos resultados operacionais, contrariando o mercado que registou um decréscimo do tráfego de Passageiros e uma significativa desaceleração do tráfego de Mercadorias, a nível nacional e na rota servida. A falta de disponibilidade de infra estruturas adequadas, rampas nos diversos portos, de forma a alargar-se os itinerários e o mercado alvo, e aumentar a própria quota, condicionou o resultado do esforço contínuo de melhoria de performance operacional em que a empresa apostou, visando uma eficiente utilização dos seus recursos.

A conjuntura económica nacional, caracterizada pela queda do consumo das famílias e estagnação dos salários, aliado ao atraso na criação de condições de operação nos demais portos e vinda da segunda embarcação, levou a um cumprimento parcial do plano de negócios, e consequente impacto negativo na situação económica e financeira da empresa.

2. Indicadores Chaves

BALANÇO	2012	2011
Activo Corrente	27.454	29.343
Activo não Corrente	1685.742	1427.800
ACTIVO TOTAL	**1.713.196**	**1.457.143**
Passivo Corrente	593.869	179.113
Passivo não Corrente	1491.243	1466.973
PASSIVO TOTAL	**2.085.111**	**1.646.086**
Capital Social	51492	10.000
Prestações suplementares	1470	29.054
Resultados transitados	-227.997	-27.652
Resultados liquidos	-196.881	-200.345
CAPITAL PRÓPRIO	**- 371.915**	**- 188.943**
RESULTADOS	**2012**	**2011**
Volume de Negocios	211865	167.718
EBITDA	21463	-24.061
Resultados Operacionais	-32.755	-77.468
Resultados Liquidos	-196.881	-200.345
FLUXO DE CAIXA	**2012**	**2011**
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	39.155	1152
Fluxos de das Actividades de Investimento (2)	-2.629	-2.169
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-39.917	-15.895
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-3.390	-16.912
INDICADORES DE RENDIBILIDADE	**2012**	**2011**
ROA	-11,5%	-13,7%
ROS	-92,9%	-119,5%
EBITDA MARGIN	10,1%	-14,3%
EBIT MARGIN	-15,5%	-46,2%
INDICADORES ACTIVIDADE	**2012**	**2011**
Rotação do activo	0,12	0,12
Rotação dos clientes	32,11	48,72
INDICADORES DE LIQUIDEZ	**2012**	**2011**
Liquidez reduzida	0,05	0,16
liquidez imediata	0,00	0,00
INDICADORES DE SOLVABILIDADE	**2012**	**2011**
Endividamento (capitais alheios / capitais totais)	133%	114%
Estrutua do endividamento (capitais alheios cp/ capitais alheios lp)	1%	2%
Autonomia (capitais poprios/ activo)	-22%	-13%
Solvabilidade (Capitais Proprios/ Capitais Alheios)	-18%	-11%
Cobertura dos encargos financeiros	13%	-20%

3. Órgãos Sociais

Mesa de Assembleia Geral

Presidente: Augusto Vasconcelos Lopes

Vice-presidente: Câmara Municipal dos Mosteiros, representada pelo senhor Carlos Fernandinho Teixeira

Secretário: Câmara Municipal de Santa Catarina-Fogo, representada pelo senhor João Aqueleu Barbosa Amado.

Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, LDª, representada pelo senhor Herminio António Paulo Afonso

Suplente: Armando José Carvalho Ferreira Rodrigues

Conselho de Administração

Presidente: Agnelo Andrade (até Outubro de 2012)

Vice-Presidente: Nelson Gee Gregor (até Outubro de 2012)

Secretário: Camara Municipal da Brava (até Outubro de 2012)

Vogais: EDI TUR (até Outubro de 2012);Camara Municipal de São Filipe (até Outubro de 2012)

Presidente: Paiva Jorge do Rosário (a partir de Outubro de 2012)

Vogais: Nelson Gee Gregor (a partir de Outubro de 2012), Aniceto João Silva Soares (a partir de Outubro de 2012)

4. Estrutura Accionista

A Sociedade apresentava uma estrutura inicial de 10.000 acções detido por entidades públicas e privadas. Segundo Ap.06/2012/06/18[1], foi acordado um aumento de mais 100.000 acções, tendo, contudo, até ao momento, sido realizadas apenas mESC 41 492, o que perfaz um capital realizado de mESC 51 492, cuja composição é a seguinte:

Capital por realizar – 53,19%

Nelson Gee Gregor – 20,66%;

Augusto Vasconcelos – 9,7%;

Agnelo Andrade - 4,55%;

EDI TUR, SA - 7,27%;

Município da Brava – 2%;

Município de S. Filipe/ Fogo – 0,55%;

Município dos Mosteiros/ Fogo – 1%;

Município de Sta. Catarina/ Fogo – 1,09%.

5. Enquadramento Geral

5.1. Ambiente Económico Internacional (Fonte: Banco Central de Cabo Verde)

O Enquadramento externo da economia cabo-verdiana permanece pouco favorável.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional o ritmo de crescimento da economia mundial abrandou de 3,9% para 3,2%, em2012, em grande medida devido à crise económica e financeira na Europa.

Estima-se que a actividade económica da Zona Euro tenha contraído em 2012. As condições de financiamento da economia ainda restritivas explicam o comportamento desfavorável da economia da região monetária tendo resultado num aumento da taxa de desemprego para máximo histórico (11,7% em Dezembro de 2012).

[1] Referência do registo comercial

Contrariamente à Europa, os EUA registaram uma aceleração no seu ritmo de crescimento em 2012. Estímulos monetários, impulsionaram os investimentos, bem como o consumo privado, o que contribuiu em larga medida, para o melhor desempenho da economia norte-americana e para a redução da taxa de desemprego para 7,8% em Dezembro 2012 (8,5% em Dezembro de 2011).

A desaceleração do ritmo de crescimento da actividade económica dos mercados emergentes e em desenvolvimento (de 6,3% para 5,1%) igualmente contribuiu para o desempenho menos favorável da economia global em 2012.

5.2. Ambiente Económico Nacional (Fonte: Banco Central de Cabo Verde)

Segundo o **Banco Central de Cabo Verde (BCV)**, Cabo Verde registou em 2012 um progressivo abrandamento da actividade económica em alguns sectores. De acordo com os indicadores de consumo e investimento, apurados pelo Banco de Cabo Verde, é visível uma tendência de abrandamento da procura interna, devido à queda no consumo das famílias, e do investimento. O consumo público e as exportações de serviços, através da evolução positiva do sector do turismo, continuam a ser preponderantes para o crescimento da economia.

A tendência de redução do consumo é também sugerida pela evolução dos indicadores de conjuntura do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), resultado da redução do rendimento disponível das famílias (redução das remessas de emigrantes; rendimentos de empresas e propriedades, estagnação das transferências internas e salários) e do crédito ao consumo. A desaceleração das despesas do Governo Central também justifica a evolução estimada do consumo.

5.3. Ambiente da Industria

5.3.1. Infraestruturas portuárias

Durante o ano de 2012, o Ministério de Infraestruturas deu continuidade a sua política de melhoria e expansão das infraestruturas portuárias.

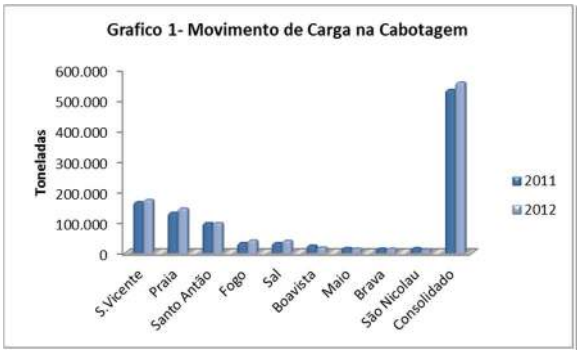
Apesar das melhorias verificadas, o atraso na colocação de rampas com as características necessárias para a operação dos navios da Cabo Verde Fast Ferry, continua a colocar constrangimentos na abertura de novas rotas e o consequente crescimento dos negócios da empresa.

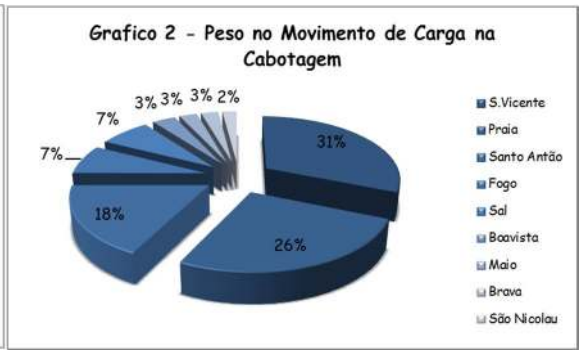
A falta de rampas em todos os portos, faz com que a Cabo Verde Fast Ferry seja forçada a operar apenas em três portos, o que representa cerca de 25% do seu potencial em termos de volume de negócios. Com a colocação de rampas nas ilhas de São Vicente, Santo Antão e São Nicolau, concluídas desde Outubro de 2012 e sem previsão da sua instalação nos portos, o navio KRIOLA poderia facilmente fazer uma viagem semanal e assim aumentar significativamente o seu potencial. A ilha do

Maio, de particular interesse pela sua proximidade a ilha de Santiago e o impacto nos negócios da empresa, podia ser escalado duas vezes pelo KRI OLA, no entanto as condições do porto impedem que seja operado pela CVFF. Estima-se que pela falta de rampas em todos os Portos, a CVFF, com o único navio em operações, esteja a perder receitas na ordem dos 65 mil contos anuais (50 mil contos na rota Santiago/ S Nicolau/ São Vicente e 15 mil contos na rota Santiago/ Maio.)

5.3.2. Mercado

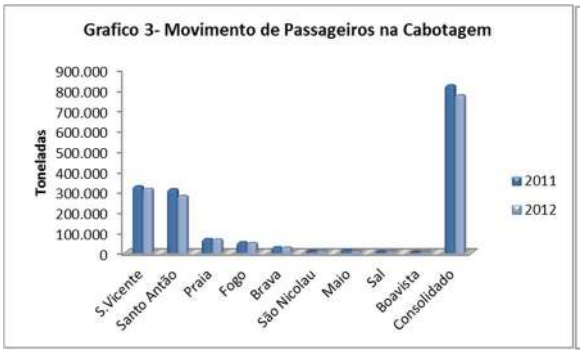
Segundo dados da Autoridade Portuária do País, em 2012, o movimento de mercadorias na cabotagem (excluindo os graneis líquidos e mercadorias em trânsito) cresceu 4,5% em relação ao ano anterior, tendo atingido 556 mil toneladas em todos os portos. Esse incremento foi influenciado positivamente pelos crescimentos verificados nos portos de São Vicente (4,5%), Praia (11%), Fogo (27%) e Sal (23%), continuando assim a tendência de crescimento que se verifica desde 2011. Em sentido contrário tem-se o efeito da variação negativa nos portos da Boavista (-26%), Maio (-15%), Brava (-2%) e São Nicolau (-29%), e a estagnação no porto de Santo Antão.

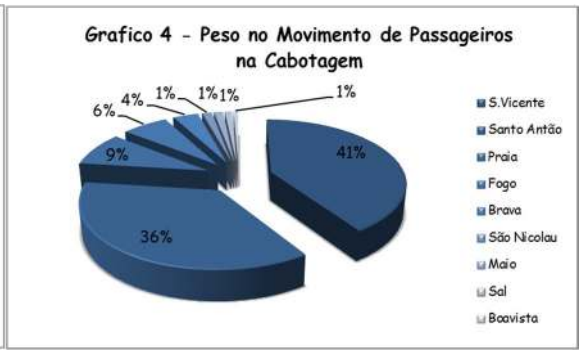




Em termos de peso: São Vicente (31%) e Praia (26%) representam conjuntamente cerca de 57%; seguidos de Santo Antão com 18%; Fogo e Sal registaram um peso de 7% cada; os portos da Boavista, Maio e Brava com 3% cada; e por ultimo São Nicolau com o peso de 2%.

A mesma Estatística, mostra que em todos os portos de Cabo Verde o movimento de passageiros (excluindo os passageiros em transito) foi de 773 mil, representando uma diminuição de 5,8% relativamente a 2011 (ano em que este segmento cresceu 27%).





Em termos de distribuição, pode-se verificar que os portos de São Vicente (41%) e Santo Antão (36%) concentram cerca de 77% do movimento de passageiros; os portos da Praia, Fogo e Brava, portos servidos pela CVFF, representam 19%; e os restantes 4% estão repartidos equitativamente pelos portos de São Nicolau, Maio, Sal e Boavista.

5.3.3. Concorrência

Segundo o Instituto Marítimo e Portuário (IMP), a frota cabo-verdiana, exclusivamente dedicada à cabotagem (transporte de passageiros e carga inter-ilhas) é constituída por cerca de 23 pequenos navios com comprimento entre os 20 e os 90 metros, e com uma média de idade de 25 anos.

Em termos de concorrentes directos existem 4 navios com o sistema RO/RO (PENTALINA, SALREI, TARRAFAL e MAR D´CANAL) e 3 mistos de passageiros e cargas (SOTAVENTO, DJON DADE e PRAIA D´AGUADA).

5.3.4. Posição no sector marítimo de Cabo Verde

A Cabo Verde Fast Ferry manteve no ano de 2012 a evolução positiva nos principais indicadores de crescimento da actividade, continuando assim o seu processo de desenvolvimento e de afirmação no sector marítimo de Cabo Verde.

A nível da quota de mercado de tráfego de passageiros (global) registou-se um aumento de 1,4 p.p., passando de 14.7% a 16.1 %, enquanto a quota de Mercado para o Tráfego de cargas registou um aumento de 3,8 p.p., passando de 5% a 8.8%.

A nível da quota de mercado de tráfego de passageiros (Sotavento)2, registou-se um aumento de 6,2 p.p., passando de 79.9% a 86.1 % mantendo com isso a sua posição de líder nas ilhas de Sotavento, enquanto a quota de mercado para o tráfego de cargas registou-se um aumento de 9,3 p.p., passando de 15% a 24.3 %.

Há que salientar que no que diz respeito ao tráfego de passageiros, a CVFF cresceu 3.6% em 2012 com respeito ao ano 2011, enquanto o sector em Cabo Verde decresceu 5.8% sendo que nas ilhas de Sotavento este decresceu 3.8%.

[2] Sotavento- Não inclui neste caso a ilha do Maio, referindo-se somente as ilhas da Brava, Fogo e Santiago, onde a CVFF faz as suas operações normais

6. Actividade Operacional

6.1. Movimentação de Mercadorias

Quadro evolução – Trafego de Carga

Ano	Brava Fogo	Brava Praia	Fogo Praia	Praia Fogo	Praia Brava	Fogo Brava	TOTAL
2011	494	839	3.050	6.025	2.248	93	13.340
2012	862	1.411	6.597	10.191	3.562	177	24.394
Variação	74%	68%	116%	69%	58%	90%	83%

A movimentação de mercadoria na zona de Sotavento principalmente Praia – Fogo – Brava e vice-versa, ganhou mais ritmo com a entrada do Navio "KRIOLA" em operação. Durante a operação do KRIOLA em 2012 a empresa registou um aumento de 83% em relação a 2011, tendo transportado 24.394 toneladas de carga. Convêm referir que durante aproximadamente 3 semanas, devido aos trabalhos de deslocalização da rampa, não houve condições para o funcionamento normal no porto do vale de Cavaleiros, este que concentra cerca de 37% das operações ró-ró da companhia.

6.2. Movimentação de passageiros

Quadro evolução - Trafego de Passageiros

Ano	Brava Praia	Brava Fogo	Fogo Praia	Praia Brava	Praia Fogo	Fogo Brava	TOTAL
2011	5.038	9.237	16.475	5.040	15.346	9.058	60.194
2012	4.899	9.643	17.014	4.555	16.844	9.379	62.334
Variação	-2,8%	4,4%	3,3%	-9,6%	9,8%	3,5%	3,6%

A CVFF tem vindo a melhorar o tráfego de passageiro entre as Ilhas, na ligação Praia, Vale dos Cavaleiros e Furna. Pode-se constatar uma melhoria de 3,6% de 2011 para 2012 (60.194 passageiros para 62.334 passageiros), valor este que mostra que a empresa vem dando aos cabo-verdianos maior facilidade na mobilidade entre as ilhas. Houve um crescimento em quase todas as ligações garantidas pela CVFF, exceptuando a ligação Praia –Furna que registou diminuições nos dois sentidos.

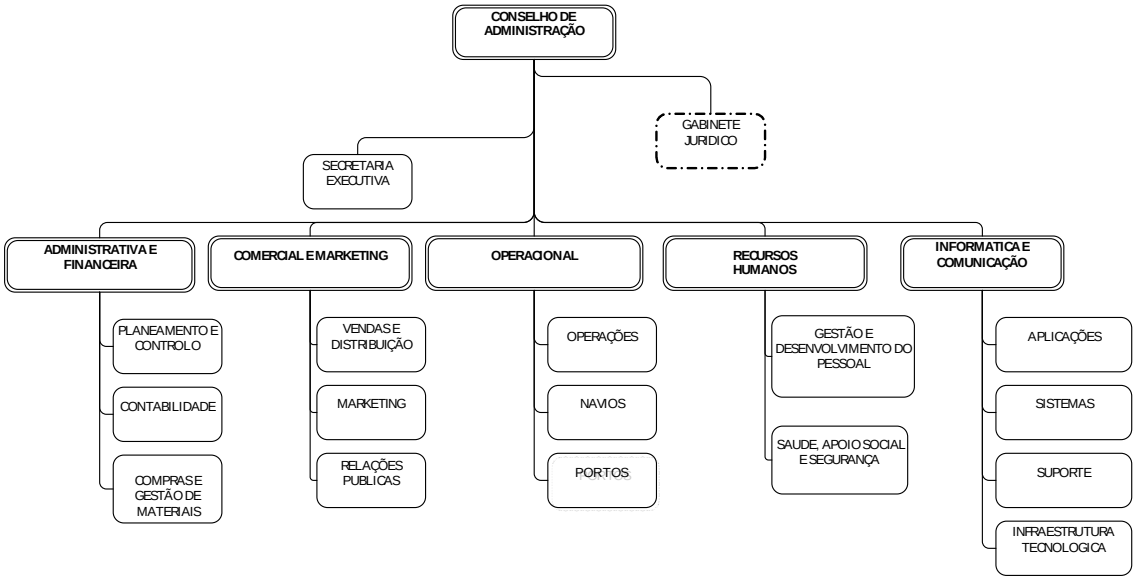
6.3. Movimento do navio

Quadro evolução - Movimento do Navio

Ano	Brava Praia	Brava Fogo	Fogo Praia	Praia Brava	Praia Fogo	Fogo Brava	TOTAL
2011	224	284	226	224	226	284	1468
2012	213	249	215	213	215	249	1354
Variação	-5%	-12%	-5%	-5%	-5%	-12%	-8%

Durante o ano de 2012, o navio KRIOLA garantiu 1354 ligações entre Furna/Vale dos Cavaleiros/Praia, registando uma diminuição de 8% relativamente a 2011. Optou-se por uma programação melhorada, que resultou numa concentração de passageiros e cargas e uma utilização eficiente do navio, com melhor performance da exploração deste. Melhorou-se os índices que caracterizam a utilização do navio nas rotas em que está engajado.

7. Organização Interna e Estrutura Orgânica da Empresa



8. Recursos humanos

O sector de Recursos Humanos tem por missão apostar nas competências necessárias à consecução dos objectivos estratégicos, procurando garantir a convergência entre os objectivos e expectativas individuais e da organização.

Ao longo do ano 2012, a CVFF contou com 60 colaboradores, o que representa 33% acima do registado em 2011, para um quadro efectivos de 32 postos de trabalho. A discrepância entre colaboradores e efectivos, deve-se a especificidade dos direitos laborais do pessoal marítimo. Assim entre efectivos e contratos de substituição de férias a CVFF manteve em média cerca de 39 vínculos mensais, e em Dezembro de 2012 detinha vínculo com 44 colaboradores.

Em termos de organização, os efectivos estão distribuídos conforme os quadros que se seguem:

Quadro de evolução - Efectivos por Área de Serviço

Área		2010	2011	2012
Administração	Financeiro	1	2	2
	Comercial	0	1	1
	Informática e Marketing	1	1	1
	Recursos Humanos	1	1	1
Operacional / Agências	MOC	0	2	3
	Plateau	2	2	2
	Porto Praia	0	2	3
	Porto Fogo	0	3	3
	Porto Brava	0	2	2
Unidades Marítimas	KRIOLA	0	14	14
	LIBERDADE	0	0	0
Total		5	30	32

Quadro de Efectivos - Qualificação

Formação	2010	2011	2012
Ensino Primário	-	12	3
Ensino Secundário (12º)	2	8	13
Formação profissional	-	3	4
Bacharel	-	1	4
Licenciatura	3	5	10
Pós graduação	-	-	-
Mestrados		1	1
Total	5	30	32

Quadro de Efectivos - Genêro

Gênero	2010	2011	2012
Femenino	1	8	8
Masculino	4	22	24
Total	5	30	32

9. Sistema de Informação

Em 2012 a Cabo Verde Fast Ferry, SA desenvolveu acções para melhoria e desenvolvimento dos Sistemas de Informação e Comunicação na empresa, procurando melhor integração dos recursos, performance e eficiência.

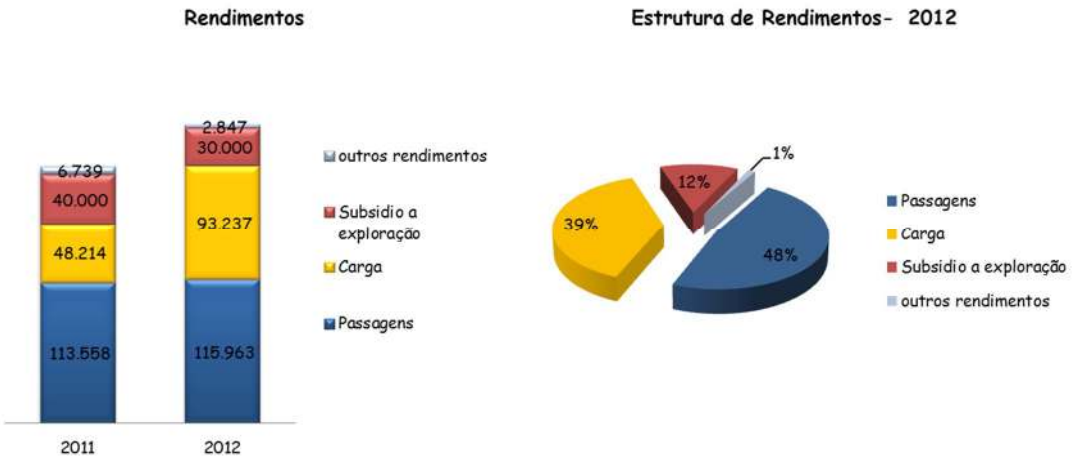
Neste âmbito a empresa utiliza o sistema Integrado de Gestão (GESTWARE), para responder as necessidades da contabilidade, gestão de recursos humanos e contas corrente, e uma plataforma de vendas online para reserva e compra de bilhetes.

A empresa apostou na melhoria e redução de custos de comunicação, através da implementação do Sistema VOIP, Upgrade dos pacotes de Internet e melhoria da segurança e controlo de utilização dos recursos.

A nível de infra-estruturas e devido a dispersão geográfica dos serviços, optou-se pela expansão da infra-estrutura de rede, apostada na solução de Rede Privada Virtual, com melhoria na comunicação e acesso aos dados e sistemas;

10. Análise Económica e Financeira

10.1. Situação Económica



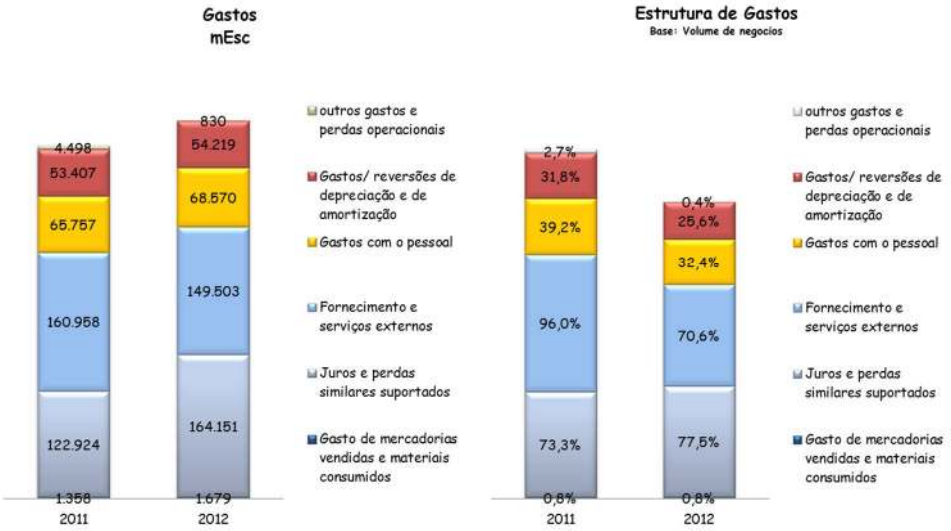
Durante o ano de 2012 os rendimentos[3] operacionais da CVFF,SA atingiram o montante de 242,047 mil contos, representando um crescimento de 16% relativamente ao ano anterior.

Contribui positivamente para essa evolução, o crescimento de 93% verificado no valor de prestação de serviços de transporte de carga (93,237 mil contos) e o aumento de 2,1% nos serviços de transporte de passageiros (115,963 mil contos). Em sentido negativo, regista-se o impacto do decrescimento de 25% nos subsídios do Estado (30 mil contos), situação já prevista no contrato de concessão, e a diminuição de 53% nos outros rendimentos. Quanto a esta ultima rubrica, destaca-se o aumento das vendas a bordo (190%) e o decrescimento de 100% nas vendas de espaços publicitários, que representavam 2,4 % dos rendimentos em 2011.

Quanto a estrutura de rendimentos, regista-se uma melhoria, na medida em que os rendimentos associados ao *core business* da empresa viram o seu peso aumentar de 77% em 2011 para 87% em 2012, resultado do aumento do trafego de passageiros e carga e do aumento do valor do frete (Maio

[3] Os rendimentos encontram-se deduzidos das respectivas devoluções

de 2012) e do aumento dos preços das passagens (Abril 2012). Em relação aos subsídios à exploração, viram o seu peso na estrutura dos rendimentos reduzir de 19% em 2011 para 12% em 2012, no entanto continua a ser fundamental para equilibrar as contas operacionais nas rotas de Praia-V. Cavaleiros-Furna.



O gráfico acima apresenta os gastos durante os anos de 2012 e 2011 e a sua evolução durante os dois últimos anos:

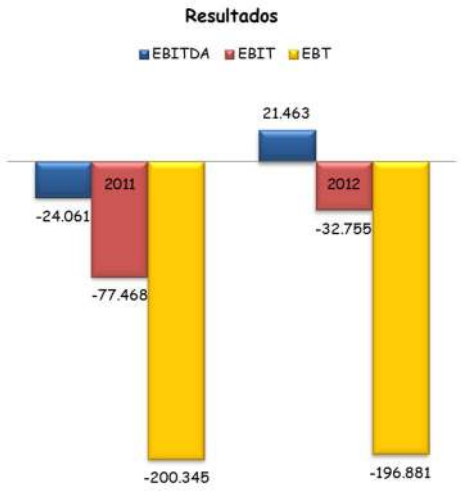
Os Gastos com mercadorias vendidas e materiais consumidos, representada na sua totalidade pelos gastos de aquisição dos produtos vendidos a bordo do KRIOLA, atingiram o montante de 1.679 contos, acompanhando assim o crescimento das vendas a bordo.

Os gastos com fornecimento e serviços de terceiros (FSE) diminuíram em 7% relativamente a 2011, fixando-se em 149,503 mil contos. O seu peso em relação ao volume de negócios diminui de 96% em 2011 para 70% em 2012. Para além do aumento de volume de negócios, contribui positivamente para esse decréscimo: a diminuição de 8% no consumo de combustível (este que representa 58% dos FSE); o decréscimo de 66% na rubrica de manutenção e reparações, a diminuição de 51 % das despesas de deslocação e estadias. Essa diminuição dos FSE só não foi superior devido ao aumento de 153% da rubrica vigilância e segurança, representado na sua maioria pelos gastos suportados com a estadia do Navio LIBERDADI nos estaleiros da DAMEN, cerca de 720 contos mensais.

Os gastos com o pessoal totalizaram 68,570 mil contos, o que representa um aumento de 4% face a 2011. Este aumento verificado vai de encontro com a fase de desenvolvimento do projecto e a tendência é do seu crescimento com a perspectiva de entrada em operação do navio LIBERDADI .

As amortizações e Depreciações, relacionadas na sua maioria com o navio KRIOLA, mantiveram praticamente no mesmo patamar de 2011.

Os juros suportados registaram um aumento de 33,5% relativamente a 2011, cifrando – se em cerca de 164,1 mil contos, o que representa um aumento de 41 mil contos em relação aos 122,9 mil contos registados em 2011. A evolução desta rubrica de gastos é o resultado da situação de retenção do navio LIBERDADI por falta de pagamentos a DAMEN, implicando, por um lado, a cobrança de juros de mora de 1% por mês (totalizando 36 mil contos em 2012) e, por outro lado, a suspensão da capitalização dos juros do empréstimo obrigacionista (representou um aumento de 26 mil contos de gastos reconhecidos em 2012). Essa evolução anulou o efeito positivo de cerca de 19 mil contos conseguido com a renegociação da taxa de juros das obrigações.



Como pode-se verificar no gráfico acima, o EBITDA teve uma evolução manifestamente positivo, passando de 24,061 mil contos negativos em 2011 para 21,463 mil contos positivos em 2012. Esta evolução positiva do EBITDA prende-se com o efeito conjugado do aumento do volume de negócios, da diminuição dos gastos com fornecimentos e serviços de terceiros e da diminuição da compensação recebida através dos subsídios de exploração.

Quanto aos resultados líquidos, a CVFF,SA continuou a registar prejuízos em 2012, totalizando cerca de 196,881 mil contos, verificando-se uma diminuição de 1,73%. Apesar da evolução positiva das operações da empresa, evidenciado pelo EBITDA positivo e melhoria de 58% do EBIT, esta mostrou-se insuficiente para cobrir a evolução negativa dos custos financeiros (fortemente influenciada pelo impasse na resolução da situação da vinda do navio LIBERDADI)

10.2. Situação Financeira

BALANÇO	2012	2011	Δ % 11/12
Activo Corrente	27.454	29.343	-6%
Activo não Corrente	1.685.742	1.427.800	18%
ACTIVO TOTAL	**1.713.196**	**1.457.143**	18%
Passivo Corrente	593.869	179.113	232%
Passivo não Corrente	1.491.243	1.466.973	2%
PASSIVO TOTAL	**2.085.111**	**1.646.086**	27%
Capital Social	51.492	10.000	415%
Prestações suplementares	1.470	29.054	-95%
Resultados transitados	-227.997	-27.652	725%
Resultados liquidos	-196.881	-200.345	-2%
CAPITAL PRÓPRIO	**- 371.915**	**- 188.943**	97%

O activo corrente, representada na sua maioria por disponibilidades e dívidas dos clientes, atingiu o montante de 27,454 mil contos, o que corresponde a um decréscimo de 6% relativamente a 2011. A diminuição nessa rubrica deveu-se principalmente a diminuição de 21% na rubrica das disponibilidades.

O Activo não corrente, constituído na sua maioria pelo valor das duas embarcações (KRIOLA que encontra-se desde 2011 em operações e LIBERDADI que está concluída e ainda nos estaleiros da DAMEN), atingiu o montante de 1.685,7 mil contos. O crescimento de 18% relativamente a 2011, deveu-se principalmente ao reconhecimento em 2012 do remanescente do valor de construção do navio LIBERDADI.

O passivo corrente da empresa teve um crescimento de 232% relativamente ao ano anterior, totalizando o montante de 593,86 mil contos, em razão do aumento das dividas à DAMEN relacionadas com o navio LIBERDADI (as duas ultimas prestações – mESC 299 921, os juros de mora – m Esc 58 592, a estadia –mESC 11 183 , trabalhos e fornecimentos extra contrato – mESC 18 803). Também contribuíram para este aumento, a divida relacionada com os juros das obrigações, totalizando 128 mil contos em 2012 (75 mil contos em 2011).

O passivo não corrente manteve-se estável, com um crescimento de 2%, derivado da venda de parte das obrigações (16,9 mil contos) ainda detidas pela CVFF e dos custos de emissão amortizados em 2012 (3,8 mil contos). Ainda quanto a esta rubrica, houve uma melhoria na sua estrutura, na medida em que houve por um lado a negociação de alteração do prazo de maturidade das obrigações de 2015 para 2019 e a diminuição da taxa de juros dos próximos cupões, e por outro a renegociação do prazo de liquidação do financiamento junto da Caixa.

Os capitais próprios apresentam valores negativos na ordem dos 379,885 mil contos, resultado da acumulação dos prejuízos nestes dois anos de actividade da empresa. Assim o Conselho de

Administração, propõe aos senhores accionistas a tomada de medidas impostas pelo artigo 137º do Código das Empresas Comerciais.

11. Eventos subsequentes

Em Fevereiro de 2013, foi assinado um acordo parassocial entre o Estado de Cabo Verde e os accionistas da Cabo Verde Fast Ferry, que consubstancia no seguinte:

- Entrada do Estado na estrutura accionista da CVFF, mediante a subscrição do remanescente do capital por realizar, cerca de 53%.
- Realização do capital subscrito pelo Estado, através da incorporação do navio PRAIA D´AGUADA
- Comprometimento do Estado e Accionistas na viabilização do acesso aos recursos necessários para resolução imediata dos entraves que existirem relativos a vinda da segunda embarcação (LIBERDADE)

12. Perspectivas de evolução futura

Entrada do Estado no capital da empresa, o que vai corrigir a situação de parte do capital social não realizado e o acesso a financiamentos para a vinda da segunda embarcação.

Operacionalização do navio LIBERDADE nas rotas de Santo Antão-São Vicente-São Nicolau, que conjuntamente representam 78% do segmento dos passageiros de cabotagem e 51% no segmento do transporte de cargas de cabotagem.

A entrada do navio PRAIA D´AGUADA, por um lado vai permitir atacar os mercados das ilhas onde não se vislumbra a colocação de rampas, nomeadamente Boavista, Sal e Maio; por outro lado vai permitir colmatar o défice dos dois outros navios em termos de capacidade de carga.

Com a operacionalização dos três navios, a CVFF estará em condições de oferecer um serviço de transporte integral, ligando todas as ilhas de Cabo Verde, cumprindo assim um dos grandes objectivos da sua criação.

13. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o prejuízo apurado no exercício económico de 2012, no valor de 196 881 contos, seja transferido para Resultados Transitados.

14. Notas Adicionais

A Cabo Verde Fast Ferry culminou o exercício 2012 com um resultado negativo de 197 mil contos, demonstrando uma melhoria 2 % em relação ao exercício de 2011. No entanto a situação financeira da empresa continua a degradar-se devido a vários factores:

A Cabo Verde Fast Ferry é forçada a operar em apenas 3 portos de Cabo Verde, com o navio KRIOLA, o que representa cerca de 25% do seu potencial. O navio KRIOLA está, actualmente a fazer 3 viagens à cidade da Praia e 5 viagens à ilha do Fogo, no entanto, com rampas nos outros portos (a perspectiva era de ter as rampas prontas e operacionais desde Outubro de 2012, mas até a presente data, infelizmente, não se concretizou a sua instalação), poderia fazer duas viagens semanais a ilha do Maio e uma viagem semanal no percurso Santiago/São Nicolau/ São Vicente. Estima-se que com a inclusão desses percursos na escala do KRIOLA, a CVFF estaria próximo de realizar 40 a 50 % do seu potencial, facturando cerca de 15 mil contos ano no percurso Santiago/Maio e cerca de 50 mil contos no percurso Santiago/São Nicolau/São Vicente. Estes aspectos poderiam ter um impacto positivo no pagamento das dívidas aos obrigacionistas (cerca de 83 mil contos), mesmo sem a presença do navio LIBERDADI

A cada mês que passe sem a resolução da questão da vinda do navio LIBERDADI, a Cabo Verde Fast Ferry vai mergulhando em dívida com o acréscimo de juros de mora na ordem dos 3 mil contos por mês perfazendo em Dezembro de 2012 um total de cerca 58,5 mil contos, as taxas de ancoragem (gastos de estadia) para o armazenamento do LIBERDADI em Singapura na ordem dos 720 contos por mês, perfazendo desta forma, em Dezembro de 2012, um total de 11 mil contos. Sem contar que pelo facto de não ter o navio LIBERDADI a operar, a CVFF vem perdendo receitas na ordem de 20 mil contos mês,.. Esta perda de receitas poderia ter ajudado e muito na redução das dívidas atuais com os obrigacionistas,

A Cabo Verde Fast Ferry, tem de pagar semestralmente o valor de 67,5 mil contos ou 135.mil contos por ano aos obrigacionistas pelo pagamento dos dois navios. Isso representa 67,5 contos por cada navio, ou seja, tem-se uma divida de 5,6 mil contos por mês tocante ao navio LIBERDADI. Assim o navio KRIOLA tem que suportar os gastos financeiros do navio LIBERDADI, o que implica libertar meios adicionais na ordem de 5,6 mil contos por mês para que possa garantir o pagamento dos cupões.

O resultado é que, cada mês que passa sem ter as rampas nas ilhas de São Vicente, Santo Antão, São Nicolau e Maio, o navio KRIOLA está a perder acima dos 5 mil contos por mês. Por cada mês sem o navio LIBERDADI a operar em Cabo Verde, a Cabo Verde Fast Ferry está a acrescentar uma divida mensal no valor de CVE 3,7 mil contos e está a perder acima dos 20 mil contos mensais a nível de receitas. Estes fatos colocam cada vez mais a CVFF numa situação financeira difícil e põe em causa a viabilidade do projecto.

Concluindo, a Cabo Verde Fast Ferry não melhorou financeiramente em relação ao período homólogo. Assinou-se um acordo com os obrigacionistas, acordo esse para trazer o LIBERDADI a Cabo Verde, acabou-se por fechar o ano sem ainda ter uma solução efectiva de financiamento, continuando a perspectivar uma parceria sólida que poderá contribuir para a viabilização do crédito desejado.

No final do ano, existia 3 rampas prontas a serem instaladas num espaço de 6 meses, o que poderia estar a gerar receitas adicionais ao KRIOLA.

Estes fatos têm impedido o aumento de receitas e o melhoramento da saúde financeira da empresa, e os constrangimentos acima apontados precisam ser ultrapassados o mais rápido possível.

15. Agradecimentos

Neste momento de balanço, a CVFF agradece a confiança dos Clientes, dos Fornecedores e das Entidades que, inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da Sociedade, para o seu engrandecimento e consolidação da sua posição no mercado cabo-verdiano, bem assim aos seus Colaboradores pelo, empenhamento e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício.

A Cabo Verde Fast Ferry agradece, ainda, essencialmente:

Ao Estado de Cabo Verde, pelo apoio e parceria demonstrado durante todo caminho percorrido;

Às Autoridades Oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do mercado de transporte marítimo inter-ilhas;

Ao Concelho Fiscal, pela acção desenvolvida no acompanhamento atento da actividade da sociedade;

Aos Senhores Accionistas e Obrigacionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrada.

O Concelho de Administração

- Paiva Jorge do Rosário
- Nelson Gee Gregor
- Aniceto João Silva Soares

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- BALANÇOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS
- DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
- DEMOSNSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

		Data de referência	
		31-12-2012	31-12-2011
	Notas	Valores	Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3		
Equipamento básico		1682 501	1425 017
Equipamento administrativo		2 956	2 612
Equipamentos Transporte		278	-
Activos fixos intangíveis			
Programas de computador		6	171
Total do activo não corrente		**1 685 742**	**1 427 800**
Activo corrente			
Clientes	4	6 598	3 443
Estado e outros entes públicos	5	3 010	2 371
Contas a receber	6	5 041	7 105
Diferimentos		124	355
Caixa e depósitos bancários	7	12 680	16 070
Total do activo corrente		**27 454**	**29 343**
Total do activo		**1 713 196**	**1 457 143**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	8		
Capital realizado		51492	10 000
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		1470	29 054
Resultados transitados		(227 997)	(27 652)
Resultado líquido do período		(196 881)	(200 345)
Total do capital próprio		**(371 915)**	**(188 943)**
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		**(371 915)**	**(188 943)**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9	1491243	1466 973
Total do passivo não corrente		**1 491 243**	**1 466 973**
Passivo corrente			
Fornecedores	10	28 321	26 523
Estado e outros entes públicos	5	11307	2 600
Financiamentos obtidos	9	15 900	25 240
Adiantamentos de Clientes		27	43
Outras contas a pagar	11	538 315	123 548
Diferimentos		-	1160
Total do passivo corrente		**593 869**	**179 113**
Total do passivo		**2 085 111**	**1 646 086**
Total do capital próprio e do passivo		**1 713 196**	**1 457 143**

CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2012 A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 1 DE JANEIRO DE 2011 A 31 DE DEZEMBRO 2011

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

		PERÍODO	
		2012	2011
	Notas	Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviços	12	211 865	167 718
Subsídios à exploração	13	30 000	40 000
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas		(1 679)	(1 358)
Resultado operacional bruto		**240 185**	**206 360**
Fornecimentos e serviços externos	14	(149 503)	(160 958)
Valor acrescentado bruto		**90 682**	**45 403**
Gastos com o pessoal	15	(68 570)	(65 757)
Outros rendimentos e ganhos		182	792
Outros gastos e perdas		(830)	(4 498)
Resultado antes de depreciações, amortizações,		**21 463**	**(24 061)**
Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização	3	(54 219)	(53 407)
Perdas de Financiamento		-	-
Resultado operacional		**(32 755)**	**(77 468)**
Juros e ganhos similares Obtidos		25	47
Juros e perdas similares suportados	16	(164 151)	(122 924)
Resultado antes de Impostos		**(196 881)**	**(200 345)**
Imposto sobre o rendimento do período	1.8	-	-
Resultado líquido do período		**(196 881)**	**(200 345)**
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		**(196 881)**	**(200 345)**
Media ponderada de Acções		45.273	10.000
Resultado por acção básico (ESC)	17	(4 349)	(20 035)

CABO VERDE FAST FERRY, SA
SEDE: Plateau - Praia
NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2012 A 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E 1 DE JANEIRO DE 2011 A 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO 2012		
	Notas	2012	2011
Método Indirecto			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		(196 881)	(200 345)
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações		54 219	53 407
Juros e rendimentos similares obtidos		(25)	(47)
Juros e gastos similares suportados		164 151	122 924
Contas a receber (aumentos/ diminuições)		(1731)	(12 520)
Gastos diferidos (aumentos/ diminuições)		230	(355)
Contas a pagar (aumentos/ diminuições)		20 352	36 928
Rendimentos diferidos (aumentos/ diminuições)		(1160)	1160
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		39 155	1152
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(2 629)	(2 169)
Fluxos de das Actividades de Investimento (2)		(2 629)	(2 169)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		32 356	99 760
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		13 908	-
Outras operações de financiamento			6 271
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(21286)	(9 866)
Juros e gastos similares		(64 895)	(112 060)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(39 917)	(15 895)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 +2+3)		(3 390)	(16 912)
Caixa e seus equivalentes no início do período		16 070	32 982
Caixa e seus equivalentes no fim do período		12 680	16 070

CABO VERDE FAST FERRY, SA
SEDE: Plateau - Praia
NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2011 A 31 DE DEZEMBRO DE 2011
E 1 DE JANEIRO DE 2012 A 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

DESCRIÇÃO		Notas	Capital próprio atribuido aos detentores do					Total do Capital Próprio
			Capital realizado	Outras Variações no capital	Resultados Transitados	Resultado liquido do período	Total	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2011	1		**10 000**	**22 783**	**(11 818)**	**(15 834)**	**5 131**	**5 131**
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período			-	-	-	(200 345)	(200 345)	(200 345)
RESULTADO EXTENSIVO	2		**-**	**-**	**-**	**(200 345)**	**(200 345)**	**(200 345)**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações com detentores de capital				6 271			6 271	6 271
	3		**-**	**6 271**	**-**	**-**	**6 271**	**6 271**
OUTRAS OPERAÇÕES							-	-
Aplicação de Resultado de ano anterior					(15 834)	15 834	-	-
	4		**-**	**-**	**(15 834)**	**15 834**	**-**	**-**
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2011	1+2+3+4		**10 000**	**29 054**	**(27 652)**	**(200 345)**	**(188 943)**	**(188 943)**
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2012	1		**10 000**	**29 054**	**(27 652)**	**(200 345)**	**(188 943)**	**(188 943)**
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período			-	-	-	(196 881)	(196 881)	(196 881)
RESULTADO EXTENSIVO	2		**-**	**-**	**-**	**(196 881)**	**(196 881)**	**(196 881)**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital			41492	-	-	-	41492	41492
Outras operações com detentores de capital				1470	-		1470	1470
	3		**41 492**	**1 470**	**-**	**-**	**42 962**	**42 962**
Aplicação de Resultado de ano anterior					(200 345)	200 345		-
	4		**-**	**-**	**(200 345)**	**200 345**	**-**	**-**
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2012	1+2+3+4		**51 492**	**1 470**	**(227 997)**	**(196 881)**	**(371 915)**	**(371 915)**

II. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

Informação Geral

A Cabo Verde Fast Ferry, SA (adiante designada por Sociedade), foi criada em Julho de 2008. O capital social da Sociedade, realizado no montante de mESC 51 492, é detido por entidades privadas e públicas (ver Nota 8).

O objecto social da Cabo Verde Fast Ferry, definido pelos seus Estatutos, consiste no exercício da actividade de exploração de navios próprios de comércio de transporte marítimo, de mercadorias e passageiros.

0. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de Fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para divulgação em 26 de Abril de 2013.

1. Resumo das principais políticas contabilísticas adoptadas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Activos fixos tangíveis e depreciações

Os activos fixos tangíveis compreendem (i) dois barcos, um dos quais se encontra em curso, expressos ao respectivo custo de construção, acrescido dos respectivos encargos financeiros e outros gastos directamente afectos aos barcos, e (ii) e equipamentos administrativos e de transporte, expressos ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de factura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, líquidos das respectivas depreciações acumuladas e, caso houver, de perdas de imparidade (ver Notas 1.3 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do activo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provado que benefícios económicos futuros fluirão para a Sociedade e o gasto do activo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Depreciações

Um dos barcos entrou em operação em Janeiro de 2011 e está sendo depreciado pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, ao longo de um período de 17 anos, o qual reflecte razoavelmente a sua vida útil estimada segunda a construtora, DAMEN.

As depreciações dos equipamentos administrativos e de transporte são calculadas sobre os valores de aquisição pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas de 12.5% e 20%, respectivamente, reflectem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

1.2 Activos intangíveis e amortizações

Representam o software informático e são amortizados pelo método das quotas constantes ao longo de um período de 3 anos.

1.3 Imparidade de Activos

Os activos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda

por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um activo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.4 Contas a receber de Clientes e de Outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal ou, caso aplicável, pelo valor descontado, calculado por referência à taxa de juro média do mercado, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Nota 7).

Os riscos efectivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outras contas a receber, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objecto de ajustamento por imparidade.

1.5 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos bancários inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses.

1.6 Capital Próprio

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objecto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas acções são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

1.7 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respectivos gastos de transacção, quando incorridos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e integram o custo dos barcos que financiam durante o período de construção. Após esse período são contabilizados na rubrica de Resultados financeiros da demonstração de resultados. Os empréstimos são registados pelo valor líquido dos gastos de operação, os quais são considerados como uma parcela dos juros suportados em cada período.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.8 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

A Sociedade obteve o Certificado do Investidor Externo, o qual confere determinados incentivos e facilidades previstos na Lei para o respectivo sector de actividade, no caso o marítimo, nomeadamente a isenção do Imposto Único sobre Rendimentos (IUR) durante um período de cinco anos (2011 a 2015).

Findo o período de isenção, a Sociedade ficará abrangida pelo Decreto-Lei nº 1/96, de 15 de Janeiro, que aprovou o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos do referido Decreto-Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2008 a 2012 podem vir a ser corrigidos.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Sociedade espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.9 Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado que existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efectuadas as transacções com o estrangeiro.

1.10 Risco de taxa de juro

Os empréstimos vencem juros à taxa fixa, pelo que a Sociedade apenas será penalizada se as taxas de juro do mercado baixarem, o que não se perspectiva.

1.11 Reconhecimento do rédito

Vendas e prestações de serviços

O produto das vendas decorrentes do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como proveito do exercício, independentemente do transporte ter sido ou não efectuado, dado que, regra geral, os bilhetes são utilizados nas viagens para que foram emitidos.

As comissões concedidas aos agentes pela venda de bilhetes integram a demonstração de resultados do exercício em que as vendas são efectuadas.

Subsídios

Os subsídios do Governo só são reconhecidos após existir segurança de que a Sociedade cumprirá as condições a eles associadas e os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

1.12 Risco de liquidez

A informação relativa à liquidez em cada um dos anos, pode ser apresentada da seguinte forma:

	2012	2011
Fundo de Maneio (Capital Permanente - Activo Fixo Ñ Corrente)	(566 414)	(149 770)
Necessidades Ciclicas	14 650	12 919
Recursos Ciclicos	39 627	29 123
Necessidades em Fundo de Maneio (Necess. Ciclicas - Recursos Ciclicos)	(24 978)	(16 205)
Tesouraria Activa	12 805	16 425
Tesouraria passiva	554 241	149 990
Tesouraria Líquida (Tesouraria Activa - Tesouraria passiva)	**(541 437)**	**(133 565)**

A estrutura inicial de financiamento da CVFF foi deficitária no sentido de que o empréstimo obrigacionista foi insuficiente para cobrir o investimento nos dois navios e o serviço da divida durante a fase de construção das

embarcações. No entanto, do lado dos capitais próprios, que devia equilibrar a estrutura de capital permanente da Sociedade, o valor inicial do capital social e o posterior aumento, ficou curto para cobrir o défice inicial e compensar o nível ainda reduzido dos cash flow da actividade operacional. Estes aspectos culminaram na situação de insuficiência de liquidez evidenciada acima, em que a CVFF tem dificuldades em cumprir com o contrato para vinda da segunda embarcação e com o pagamento dos juros obrigacionista.

Com o intuito de ultrapassar essas dificuldades, em Agosto de 2012 foi assinado um acordo com os obrigacionistas, o qual também visa facilitar a entrada de novos parceiros para capitalização da Sociedade. Nessa óptica, em Fevereiro de 2013 foi assinado um acordo parassocial com o Estado, ratificada pela Assembleia Geral Universal em Abril de 2013, que vai permitir concretizar os seguintes objectivos:

- A entrada do Estado no capital da Sociedade por incorporação de activos, com uma participação de 53,19%.
- A operacionalização do navio PRAIA D´AGUADA, vai permitir a CVFF a abertura de novas rotas, alargando assim a base de geração de receitas
- Viabilizar as garantias necessárias para obtenção de financiamento junto de Bancos Externos e Nacionais., materializando assim o pagamento à DAMEN e vinda do navio LIBERDADI.
- A entrada em actividade do LIBERDADI, prevista para o início do segundo semestre de 2013, na rota Santo Antão/São Vicente/São Nicolau, rota essa que por representar 78% do mercado de passageiros irá permitir a CVFF melhorar significativamente os cash flow gerados pela actividade operacional.
- Criar as condições para a entrada de novos parceiros que venham injectar liquidez na sociedade.

Com o engajamento dos vários parceiros (obrigacionista, accionistas e Estado) na viabilização da Sociedade e atingindo os objectivos acima, perspectiva-se para 2013 uma melhor situação de tesouraria.

1.13 Créditos e débitos em moeda estrangeira

As transacções foram efectuadas essencialmente em Euros, cuja paridade face ao Escudo é fixa. Existindo, as transacções em outra moeda estrangeira são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio histórico da data em que ocorrem, sendo os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira, no final do exercício, actualizados para Escudos resultantes da aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data.

1.14 Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados, são registados no balanço nas rubricas de Outras Contas a pagar (ver Nota 12) e Outras Contas a receber (ver Nota 7).

1.15 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas e os tripulantes dos navios têm anualmente direito a quatro meses de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica de Outras Contas a pagar (ver Nota 12).

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.16 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros factores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias actuais.

2. Fluxos de caixa

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os 3 meses. Adicionalmente consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações Financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a 3 meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa, assim como os apoios de tesouraria de curto prazo, obtidos ou concedidos de Bancos ou de participantes de capital.

3. Activos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações resumem-se como segue:

	Equipamento Básico			Equipamento transporte	Equipamento adiminis-trativo
	Em Curso	Firme	Total		
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2011					
Valor de aquisição	1638 531	-	1 638 531	-	1584
Depreciação Acumulada	-	-	-	-	(50)
	1.638.531	-	1.638.531	-	1.534
Variação em 2011					
Valor liquido inicial	1638 531	-	1638 531	-	1534
Aquisições	37 955	1174	39 130	-	1659
Tranferência	(892 951)	892 951	-	-	-
Correção para capitalização de obrigações	(200 000)	-	(200 000)	-	-
Depreciação do exercicio	-	(52 644)	(52 644)	-	(581)
Valor liquido	**583 535**	**841 481**	**1 425 017**	**-**	**2 612**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011					
Valor de aquisição	583 535	894 125	1477 661	-	3 243
Depreciação acumulada	-	(52 644)	(52 644)	-	(631)
Valor escriturado	**583 535**	**841 481**	**1 425 017**	**-**	**2 612**
VARIAÇÕES EM DEZEMBRO 2012					
Valor liquido inicial	583 535	841481	1425 016	-	2 612
Aquisições	304 746	5 989	310 734	348	1078
Depreciação do exercicio	-	(53 250)	(53 250)	(70)	(734)
Valor liquido	**888 281**	**794 219**	**1 682 500**	**278**	**2 956**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012					
Valor de aquisição	888.281	900.114	1.788.395	348	4.321
Depreciação acumulada	-	(105 894)	(105 894)	(70)	(1365)
Valor escriturado	**888 281**	**794 219**	**1 682 501**	**278**	**2 956**

Em 2012, as adições de mESC 310 734 em Equipamento básico relacionam-se essencialmente com: (i) as duas últimas prestações devidas a DAMEN pela construção do navio "LIBERDADI" no montante de mESC 299 921. (ii) mESC 8 556 correspondentes a capitalização dos custos de manutenção e custódia das obrigações, referentes ao período de construção das embarcações (2009 a 2011) (iii) mESC 2 205 referente a equipamentos de reparação de navios.

As adições em Equipamento administrativo compreendem essencialmente aquisição de mobiliário diverso.

As adições, em 2011, registadas na rubrica de Equipamento Básico compreendem (i) mESC 35 490 de juros, líquidos, suportados e outros encargos incorridos com a obtenção do financiamento para a construção do segundo barco (LIBERDADI) até Julho de 2011, data em que a construção do mesmo foi concluída, e (ii) mESC 1 295 referentes a diversos equipamentos para instalação no "KRIOLA" (mESC 138) e no "LIBERDADI" (mESC 1 157).

As transferências de mESC 892 951 referem-se ao custo atribuído ao barco "KRIOLA", recepcionado em Dezembro de 2010 e que entrou em operações em Janeiro de 2011. O segundo barco "LIBERDADI", cuja construção foi concluída em finais de Julho de 2011, permanece em Singapura, estando o seu transporte para Cabo Verde pendente do pagamento da última prestação de cerca de 2 700 mil Euros, cujos acordos financeiros para a sua concretização encontram-se em fase de negociação.

Em 2009 foi considerada uma adição de mESC 200 000 resultantes de um acordo informal celebrado com a construtora dos barcos, a DAMEN Shipyard, nos termos do qual esta adquiriu obrigações da Sociedade naquele montante e que foi considerado como adiantamento por conta de aquisição dos dois barcos. Entretanto, não tendo a DAMEN considerado esses mESC 200 000 como um recebimento, em 2011, procedeu-se à sua correcção por contrapartida da rubrica de Empréstimos obrigacionistas (ver Nota 10).

Os activos tangíveis e intangíveis da Sociedade respondem perante os compromissos com as obrigações.

4. Clientes

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2012	**2011**
Cabo Verde Telecom	2 442	1998
Partidos políticos (PAICV)	1560	826
Instituções públicas	595	379
Outras	2 001	239
	6 598	**3 443**

Não é considerado necessário reconhecer qualquer perda por imparidade para fazer face aos riscos de cobrança identificados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial.

5. Estado e outros entes públicos

O saldo devedor de mESC 3 010 (2011: mESC 2 371) compreende, essencialmente, mESC 2 839 (2011: mESC 2 200) referentes ao Imposto sobre o Valor Acrescentado a receber do Estado, referente ao período desde o início de actividade até 31 de Dezembro de 2012.

O saldo credor de mESC 11 307 (2011: mESC 2 600) compreende mESC 7 551 (2011: mESC 2 150) de retenções efectuadas no processamento de remunerações do pessoal e mESC 3 756 (2011: 2 150) contribuições da Sociedade para a previdência social, dos quais cerca de mESC 9 708 se encontravam em mora à data do balanço.

6. Contas a receber

	mESC	
	2012	**2011**
Ministério das Infrastruturas	2 533	3 333
Agências de viagem	1848	3 272
Outras Pessoal	660	500
	5 041	**7 105**

Ministério das Infraestruturas

A Sociedade celebrou, em Dezembro de 2010, com o Estado de Cabo Verde, representado pelo Ministério das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações um Contrato de Concessão da Exploração do Serviço Público de Transporte Marítimo nas Linhas Praia/Vale de Cavaleiros/Furna e Praia/Porto Inglês que se rege pelas seguintes cláusulas principais:

(i) A prestação do serviço não será em regime de exclusividade mas sim em competitividade com outros operadores
(ii) Prazo de concessão de cinco anos
(iii) Obrigação de efectuar cinco viagens semanais
(iv) Manter regularizadas as obrigações perante os seus trabalhadores, Estado, Autarquias locais, Instituições de Segurança Social e outras pessoas colectivas de direito público
(v) Manter as contas sempre actualizadas e auditadas
(vi) As tarifas a cobrar pelo serviço prestado deverão ser fixadas pela Entidade Reguladora
(vii) Pelo eventual prejuízo advindo das obrigações do serviço público, o Estado concede à Sociedade, durante cinco anos (de 2011 a 2015) uma indemnização compensatória até um valor máximo anual de, respectivamente, mESC 40 000, mESC 30 000, mESC 15 000, mESC 10 000 e mESC 5 000, pagos mensalmente.
(viii) O incumprimento pela Sociedade das suas obrigações está sujeito a multas que variam entre mESC 50 e mESC 500.
(ix) O Estado pode resgatar a concessão desde que os motivos de interesse público o justifiquem.

O saldo a receber corresponde ao subsídio referente ao mês de Dezembro de 2012.

Pesem embora alguns incumprimentos, não é expectável o resgaste da concessão e o não pagamento dos subsídios pelo Estado, tendo em conta as negociações havidas.

Agências de viagem

O saldo representa valores a receber pela venda de bilhetes de passagem já deduzido as comissões.

7. Caixa e depósitos bancários

	mESC	
	2012	**2011**
Caixa	342	790
Depósitos a ordem		
Banco Comercial do Atlântico	10 534	1518
Banco Africano de Investimentos	878	3 299
Caixa Económica de Cabo Verde	520	8 753
Banco Interatlântico	394	100
Banco Caboverdiano de Negocio	12	422
	12 338	14 092
Depósitos a prazo		
Caixa Económica de Cabo Verde	-	1188
	12 680	16 070

O depósito a prazo na Caixa Económica de Cabo Verde vencia juros à taxa anual de 4%.

8. Capital próprio

Os movimentos registados em 2012 e 2011 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social da Sociedade foi, em 2012, aumentado em mESC 41 492 através de conversão de suprimentos, não remunerados, concedidos pelos accionistas, no valor de mESC 29 054, na sequência de deliberação tomadas em Assembleias Gerais realizadas em Dezembro de 2010 e de 2011 (esses suprimentos encontravam-se registados em Outros instrumentos de capital próprio) e mESC 12 438 em dinheiro. Assim, em 31 de Dezembro de 2012 o capital social realizado ascende a mESC 51 492 e é detido por entidades privadas e públicas.

Em Assembleia Geral realizada em 2008 os accionistas deliberaram, aumentar o capital social em mESC 100 000, o qual, à presente data encontra-se parcialmente realizado

O capital próprio da Sociedade em 31 de Dezembro de 2012 é negativo em mESC 379 885 (2011: negativo em mESC 200 065). De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 137º do Código das Empresas Comerciais, o Conselho de Administração, através do seu relatório de gestão, propõe aos accionistas a resolução desta situação na próxima Assembleia Geral.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2012 na rúbrica de Resultados transitados corresponde ao resultado líquido do exercício de 2011.

9. Financiamentos obtidos

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2012	**2011**
Mercados de Valores Mobiliários - Empréstimos por obrigações		
Banco Africano de Investimentos	432.413	431.499
Caixa Económica de Cabo Verde	528.046	527.073
Banco Comercial do Atlântico	280.230	278.322
Banco Interatântico	39.331	39.259
Banco Caboverdiano de Negócios	9.939	9.921
Obrigações vendidas após subscrição inicial	152.957	136.005
	1.442.917	1.422.080
Empréstimos Bancários		
Caixa Económica de Cabo Verde		
- Corrente	15.900	25.240
- Não corrente	48.326	44.893
	64.226	70.133
Total corrente	15.900	25.240
Total não corrente	**1.491.243**	**1.466.973**

Os financiamentos não correntes têm a seguinte maturidade:

	mEsc
2014	17.392
2015	19.023
2016 e seguintes	1454.828
Total não corrente	**1.491.243**

- **Mercados de Valores Mobiliários – Empréstimo obrigacionista**

A Sociedade procedeu, em 2009, a uma Oferta Particular de Subscrição e de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 1 500 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de ESC 1 000 cada, subscritas pelos bancos identificados.

Inicialmente, considerou-se que a totalidade das 1 500 000 obrigações havia sido subscritas e realizadas, sendo 200 000 obrigações subscritas pela DAMEN Shipyard, a qual teria confiado a gestão das mesmas à Sociedade, tendo, em consequência, o respectivo valor de mESC 200 000 sido considerado como adiantamento por conta de aquisição dos dois barcos. No entretanto a DAMEN não considerou esses mESC 200 000 como um recebimento, pelo que a Sociedade procedeu, em 2011, à sua anulação, facto que justificou a diminuição do saldo registado no Banco Africano de Investimentos em 2011 face a 2010.

À data do balanço, dessas 200 000 obrigações haviam sido vendidas um total de mESC 152 957, sendo mESC 16 592 em 2012 e mESC 136 005 em 2011.

Nesse sentido, o saldo do empréstimo obrigacionista resulta do valor total das obrigações emitidas, deduzidos dos encargos com a emissão destas obrigações, como segue:

Banco	Valor	Custos amortizados em 2011	Rgularizações / Vendas	Saldo em 31.12.11	Custos amortizados em 2012	Rgularizações / Vendas	Saldo em 31.12.12
Banco Africano de Investimentos	630 585	914	(200 000)	431499	914		432 413
Caixa Económica de Cabo Verde	526 100	973		527 073	973		528 046
Banco Comercial do Atlântico	276 414	1908		278 322	1908		280 230
Banco Interatântico	39 187	72		39 259	72		39 331
Banco Caboverdiano de Negócios	9 903	18		9 921	18		9 939
Obrigações vendidas após subscrição inicial	-	-	136 005	136 005	-	16 952	152 957
	1 482 190	**3 885**		**1 422 080**	**3 885**	**16 952**	**1 442 917**

Os principais termos e condições do empréstimo segundo o último acordo resumem-se como segue:

(i) Maturidade: inicialmente de seis anos, entretanto alargado por mais quatro anos conforme deliberação da Assembleia Geral de Obrigacionistas de Março de 2012, com liquidação integral do empréstimo no final da maturidade.

(ii) Taxa de juro nominal fixa de 7.5% (2013 a 2014), 8.75% (2015) e 10% (2016 a 2019).

(iii) O pagamento de juros efectuar-se-á semestral e postecipadamente.

(iv) Destinam-se à aquisição de dois barcos rápidos e novos para operarem no transporte marítimo de passageiros e cargas no País.

(v) A amortização será efectuada ao par, de uma só vez, na data de pagamento do último cupão.

(vi) O empréstimo tem subjacente a hipoteca, de primeiro grau, sobre os barcos a adquirir, a favor do representante comum dos obrigacionistas.

(vii) O empréstimo obrigacionista tem ainda subjacente um Acordo de recompra dos Navios, emitido pela DAMEN Shipyard, nos termos do qual o preço de recompra será de 40% ou 30% do preço de aquisição conforme essa decorra nos três ou quatro anos seguintes à entrega do navio, respectivamente. A Sociedade deverá ainda suportar os custos relacionados com a diferença de condições do casco e

maquinaria dos navios entre a entrega e reexpedição, determinada por um perito e uma comissão de 0,25% sobre preço de aquisição por ano a pagar à DAMEN, durante o período de resgate.

(viii) Além dos barcos, todos os activos tangíveis e intangíveis da Sociedade respondem perante os compromissos com as obrigações, cujo saldo contabilístico total à data do balanço ascende a mESC 1 683 896

- **Empréstimos Bancários (Caixa Económica de Cabo Verde)**

Corresponde à parcela remanescente de um empréstimo, no montante de mESC 80 000, concedido em Agosto de 2011, e mESC 15.378 em 2012 para financiamento de tesouraria. Vence juros à taxa anual de 9% e é reembolsável, nos termos renegociados, em 47 meses (inicialmente 3 anos).

O empréstimo encontra-se garantido por aval de três accionistas.

10. Fornecedores

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2012	**2011**
Enacol	9 899	10 626
Enapor	1201	4 278
CV Telecom	2 902	-
Vivo Energy	3 284	3 784
PwC	1000	2 340
IMP (Instituto Marítimo e Portuário)	1353	1566
Outras	8 681	3 929
	28 321	**26 523**

Os saldos a pagar à Enacol e Vivo Energy Shell são devidos pelo fornecimento de combustíveis ao Navio Kriola.

A dívida a pagar à Enapor e IMP relaciona-se com serviços portuários prestados à Sociedade.

11. Outras contas a pagar

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2012	**2011**
Juros de empréstimos obrigacionistas a pagar	128 792	75 864
Damen Shipyard - equipamentos	388 499	42 735
BVC - Bolsa de Valores de Cabo Verde	14 513	-
Responsabilidades assumidas para com o pessoal	5 289	4 208
Outras	1222	741
	538 315	**123 548**

Os mESC 388 499 (2011: mESC 42 735) a pagar à DAMEN Shipyard, incluem, (i) faturação emitida em 2012 relacionada com as duas últimas prestações do contrato de construção do navio "LIBERDADE" (mESC 299 921 conforme Nota 3), (ii) trabalhos e fornecimentos diversos no montante de mESC 18 803, (iii) mESC 58 592 relativos a juros de mora sobre valores em dívida, calculados à taxa anual de 12% (ver Nota 17), e (iv) cerca de mESC 11 183 referentes a encargos com a estadia do navio "LIBERDADE" em Singapura (ver Nota 15).

Os juros de empréstimos obrigacionistas a pagar compreendem mESC 83 404 relativos a juros vencidos e não pagos e mESC 45 388 referentes ao efeito da especialização dos juros com referência à data do balanço.

Os mESC 14 513 a pagar a BVC – Bolsa de Valores de Cabo Verde resultam do custo com a manutenção e com a custódia escriturais das Obrigações no período desde 2009 até 2012

12. Vendas e prestação de serviços

	mESC	
	2012	**2011**
Passagens	116 248	115 997
Carga	93 357	48 641
Publicidade	-	5 024
Vendas a bordo	2 629	904
Serviços secundários	37	19
	212 270	170 584
Devolução de passagens e carga	(405)	(2 865)
	211 865	**167 718**

13. Subsídios à exploração

Conforme se refere na Nota 6, o saldo desta rubrica representa o subsídio referente ao exercício de 2012 atribuído pelo Estado Cabo Verde (mESC 30 000).

14. Fornecimentos e serviços externos

		mESC	
		2012	**2011**
Combustível e outros fluídos	(i)	84 125	90 989
Serviços de Portos	(ii)	19 743	18 298
Vigilância e segurança	(iii)	10 436	4 124
Rendas e alugueres		5 347	3 935
Honorários	(iv)	4 870	6 530
Comissões a intermediários	(v)	4 526	3 051
Conservação e reparação	(vi)	3 263	9 603
Deslocações e estadas		2 617	5 377
Comunicação		2 367	1375
Seguros		2 178	2 742
Estudos e pareceres		1671	1927
Serviços de transporte		1025	1502
Material de escritório		768	1048
Publicidade e propaganda		741	2 482
Serviços bancários		200	2 341
Outros, inferiores		5 626	5 634
		149 503	160 958

(i) Relacionam-se essencialmente com fornecimento combustível para o navio "Kriola" efetuada pela Enacol. A diminuição do saldo face ao exercício anterior explica - se essencialmente pela redução do preço do gasóleo e pela melhoria do controlo das operações do navio "Kriola" em 2012

(ii) O saldo desta rubrica compreende essencialmente taxas portuárias facturadas pela Enapor e Instituto Marítimo Portuário.

(iii) O saldo desta rúbrica inclui o valor da estadia do navio "LIBERDADI" nos estaleiros da DAMEN. Esta rúbrica sofreu um forte aumento face a 2011 visto que a estadia nesse ano foi de apenas 3 meses (mESC 2 547), enquanto que em 2012 foi de 12 meses (mESC 8 635).

(iv) O saldo inclui essencialmente valores referentes a assessoria de gestão no valor de mESC 1 493 (mESC 1 600 em 2011), assessoria legal no montante de mESC 1 345 (mESC 600 em 2011) e serviços relacionados com a substituição de ferias dos tripulantes no valor de mESC 2 031. Em 2011 incluía ainda mESC 930 referentes a assessoria financeira.

(v) Esta rubrica regista os gastos relacionados com comissões de vendas às agências de viagem pela venda de bilhetes da Sociedade.

(vi) Referem-se aos gastos de manutenção e conservação do "Kriola". A diminuição do saldo face ao exercício anterior, deve-se aos gastos efectuados em Dezembro de 2011 com a docagem do Kriola para os trabalhos necessários à classificação do navio.

15. Gastos com o pessoal

	mESC	
	2012	**2011**
Ordenados e salários	60 747	55 799
Outras despesas com o pessoal	7 823	9 958
	68 570	65 757
Número médio no final do ano	39	37
Número de empregados no final do ano	44	41

O aumento da rúbrica em 2012 justifica-se pela contratação de novos funcionários. A rubrica de Outras despesas com o pessoal compreende, essencialmente, encargos com término de contratos de alguns funcionários, no montante de mESC 685 (2011: mESC 754) e com subsídios de estágio e ajudas de custos, no montante de mESC 4 000 (2011: mESC 342). Em 2011, incluía ainda mESC 2 878 referentes a encargos com a formação de pessoal operacional.

16. Juros e perdas similares suportados

Compreendem, essencialmente juros de financiamentos obtidos, sendo (i) mESC 115 762 (2011: mESC 93 934, na parte proporcional relativa ao financiamento do segundo barco e ao período a partir de Julho de 2011, data em que a construção desse barco ficou concluída) referentes aos empréstimos obrigacionistas, (ii) mESC 35 990 (2011: mESC 22 602) referentes ao atraso no pagamento de facturas relacionados com a aquisição das duas embarcações e (iii) mESC 5 946 (2011: mESC 6 388) referentes ao empréstimo concedido pela Caixa Económica de Cabo Verde.

17. Resultado por acção básico

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado das acções, como segue:

	mESC	
	2012	**2011**
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	(196 881)	(200 345)
Media Ponderada de acções	45 273	10 000
Resultado por acção básico (ESC)	**(4 349)**	**(20 035)**

18. Outras informações sobre a aplicação do regime do acréscimo

Os acréscimos e diferimentos tiveram a seguinte decomposição:

	mESC	
	2012	**2011**
Acréscimo de gastos		
Juros de empréstimos obrigacionista (ver Nota 12)	45 388	53 364
Juros de empréstimos CECV	482	
Acrescimo por férias e subsidios de ferias	5 289	4 208
Facturas em conf. ENAPOR e TLC	2 434	
Honorários de exame às contas e fiscal único	1680	1680
	55 272	59 252
Gastos a reconhecer	124	355
Rendimentos a reconhecer	-	1160

19. Garantias

Além das referidas na Nota 9, não existem outras garantias prestadas pela Sociedade.

20. Partes relacionadas

As transacções ocorridas em 2012 e 2011 entre a Sociedade e partes relacionadas (no caso os accionistas) referem-se a suprimentos concedidos (ver Nota 9).

As remunerações dos Administradores e outro pessoal chave da gerência ascenderam a mESC 12 674 (2011: mESC 11 298).

21. Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço

Não são conhecidas outras responsabilidades e contingências.

22. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais.

23. Eventos subsequentes

Em Fevereiro de 2013, foi assinado um acordo parassocial entre o Estado de Cabo Verde e os accionistas da Cabo Verde Fast Ferry, que consubstancia no seguinte:

- Entrada do Estado na estrutura accionista da CVFF, mediante a subscrição do remanescente do capital por realizar, cerca de 53%.
- Realização do capital subscrito pelo Estado, através da incorporação do navio Praia D´Aguada
- Comprometimento do Estado e Accionistas na viabilização do acesso aos recursos necessários para resolução imediata dos entraves que existirem relativos a vinda da segunda embarcação (Liberdade

Não se verificou qualquer outro acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

III. PARECER DO FISCAL ÚNICO

pwc

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos. Em particular, alertamos os Acionistas para o facto da Empresa apresentar um capital próprio negativo, pelo que recomendamos sejam tomadas medidas para a sua resolução.

3 Como consequência do exame de auditoria, emitimos o respetivo Relatório de Auditoria, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo (considerando o aspeto mencionado no Relatório de auditoria) permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, das alterações no capital próprio, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades
que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069 - 316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;

ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

8 de maio de 2013

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados –
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

pwc

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Cabo Verde Fast Ferry SA, (adiante designada por Cabo Verde Fast Ferry ou Sociedade), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 1 713 196 milhares de Escudos (mESC) e um total de capital próprio negativo de mESC 371 915, incluindo um resultado líquido negativo de mESC 196 881), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e as Normas Internacionais de Auditoria, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Rua Andrade Corvo, 17 - 1º Dtº, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5 Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na Conservatória dos Registos Prediais, Comerciais e Automóvel de Cabo Verde sob o nº 893, NIF 200119036

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades
que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069 - 316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Reserva

7 Até à data deste relatório não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação direta do saldo da Damen Shipyard , ascendendo, conforme os registos contabilísticos da Sociedade em 31 de dezembro de 2012, a mESC 388 499 (ver Nota 11), não tendo os procedimentos alternativos de auditoria por nós realizados permitido ultrapassar esta limitação. Nas circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre a razoabilidade do referido saldo.

Opinião

8 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Cabo Verde Fast Ferry, SA em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

10 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 8 acima, cumpre-nos realçar os seguintes aspetos:

10.1 Conforme se refere na Nota 10, o capital próprio da Sociedade em 31 de dezembro de 2012 apresenta o valor negativo de mESC 371 915. De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 137º do Código das Empresas Comerciais, o Conselho de Administração vai propor aos acionistas a resolução desta situação na próxima Assembleia Geral. No caso de não ser tomada qualquer deliberação pode qualquer acionista ou credor requerer ao tribunal a dissolução da Sociedade, enquanto aquela situação se mantiver.

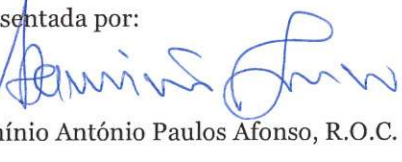
10.2 O ativo realizável a curto prazo, no montante de cerca e mESC 27 000, é manifestamente insuficiente para fazer face às responsabilidades de curto prazo de cerca de mESC 594 000.

10.3 Os encargos financeiros anuais com as obrigações ascenderão a aproximadamente, mESC 115 000.

Neste contexto, a continuidade das operações da Sociedade está dependente do apoio financeiro dos seus acionistas e obrigacionistas, bem como do Estado de Cabo Verde e da melhoria da sua rentabilidade esperada, com a entrada em operações de mais dois barcos (ver Nota 1.12).

8 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados –
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

IV. DECLARAÇÃO DO C.A.

Declaração de responsabilidade

PricewaterhouseCoopers
Rua Andrade Corvo, 17 – 1º Dto.
CP 303 – Praia
Cabo Verde

Demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2012

8 de Maio de 2013

Exmos. Senhores

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame da informação financeira da Cabo Verde Fast Ferry, S.A, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os quais evidenciam um total de balanço nessa data no montante de 1 713 196 milhares de Escudos (mESC) e um prejuízo do exercício no montante de mESC 196 881.

1. Consideramos ser responsabilidade da Administração fazer com que as demonstrações financeiras representem de forma apropriada a posição financeira da Empresa, os resultados das suas operações e os fluxos de caixa em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades e salvaguardar o património da Empresa.

2 No caso de pretendermos apresentar as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria na página da internet do Grupo, e distribuir as mesmas aos accionistas por via electrónica (e-mail), as nossas responsabilidades, no que diz respeito à preparação, divulgação e "sign off" das demonstrações financeiras, não se alteram pelo facto de estas se encontrarem reproduzidas e divulgadas por meios electrónicos. É da nossa responsabilidade assegurar que qualquer destas publicações apresenta de forma apropriada a informação financeira e o relatório dos auditores.

3 Confirmamos que somos responsáveis pelo controlo e segurança da página na internet e, quando aplicável, pela implementação e controlo dos processos de divulgação electrónica das demonstrações financeiras e do relatório de auditoria aos accionistas e ao público em geral.

4 Para além do referido nas Demonstrações Financeiras, não temos conhecimento de quaisquer outros factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2012 que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras relativas ao exercício então findo, que afectem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas, ou ainda que, embora não afectando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira da Empresa, os seus resultados e/ou as suas actividades.

5 Confirmamos que não existem assuntos que envolvam julgamento ou opinião, que não possam ser razoavelmente corroborados.

6 Foram-vos facultados os livros de actas das reuniões dos órgãos sociais da Empresa e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respectivas actas, bem como todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respectiva documentação.

7 Não temos conhecimento de quaisquer contas, transacções ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras, nem de quaisquer transacções que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante à normal e razoável formação dos preços.

8 Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades, situações de fraude ou suspeita de fraude que envolva gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades, situações de fraude, ou suspeitas de fraude, ou violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nas demonstrações financeiras ou servido de base à criação de provisões, ajustamentos ou ao registo de prejuízos contingentes. A Empresa tem respeitado todos os acordos contratuais que subscreveu, cuja falta de aderência pudesse ter efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

9 Não nos foram comunicadas por empregados, analistas, reguladores ou outros quaisquer suspeitas ou alegações de fraude envolvendo a Empresa e que tenham efeito sobre as demonstrações financeiras.

10 Efectuamos a nossa própria avaliação do risco de as demonstrações financeiras conterem distorções materialmente relevantes decorrentes de situações de fraude, tendo concluído que esse risco é reduzido.

11 Elaboramos os planos dos investimentos a longo prazo que sejam materialmente relevantes no contexto das demonstrações financeiras. Em particular, confirmarmos que a Empresa tem capacidade para dar continuidade a esses investimentos numa perspectiva de longo prazo.

12 As demonstrações financeiras incluem todos os activos de propriedade da Empresa que nelas devem figurar (incluindo todos os saldos em caixa e em contas bancárias onde se encontram depositados fundos e disponibilidades da Empresa).

13 Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de activos fixos tangíveis, resultantes de progresso tecnológico, de condições de mercado ou de alteração (do gosto dos consumidores ou dos hábitos dos clientes).

14 Não temos planos ou intenções de encerrar ou alienar (linhas de produção ou linhas de negocio) ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de activos fixos tangíveis.

15. As contas a receber evidenciadas no balanço, em 31 de Dezembro de 2012 no montante de mESC 11 639 representam créditos válidos sobre clientes e outros devedores por vendas realizadas ou outros encargos repercutidos ou débitos lançados em ou antes de 31 de Dezembro de 2012. A cobrança destes valores não está por qualquer forma condicionada nem existem acordos para o seu diferimento para além de um ano.

16 Não obstante as incertezas existentes, uma vez que a informação está acessível em diferentes países e sujeita a diferentes diplomas legais, estamos convictos que a informação financeira disponibilizada não viola os requisitos legais a que está sujeita.

17 Todo o passivo da Empresa de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respectivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras. Em particular:

a) consideramos que, caso a questão seja levantada pelas autoridades fiscais, poderemos demonstrar que as políticas de preços seguidas nas transacções entre entidades afins e/ou com interesses da Empresa, obedecem a critérios de razoabilidade, independência e prática comercial corrente;

b) não temos conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, de consequências significativas, nem encarregámos os nossos advogados de tratarem de qualquer dessas matérias.

18 Confirmamos que a informação respeitante à identificação das entidades relacionadas é completa e que as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras são adequadas.

19 Os compromissos relativos a compras a efectuar dizem respeito à aquisição de quantidades que não excedem as necessidades previstas, a preços que não irão originar prejuízos. Foram feitas provisões para fazer face a quaisquer prejuízos significativos que possam resultar da satisfação de compromissos assumidos relativamente a vendas futuras.

20 Procedemos ao adequado registo e/ou divulgação nas demonstrações financeiras examinadas das seguintes situações:

a) contas a receber ou a pagar em nome de empresas do Grupo e outras tais como associadas, participadas, afiliadas, principais accionistas, administradores, gestores, directores ou gerentes, bem como das transacções de venda, compra, financiamento, transferência, acordos de aluguer e/ou garantias com as mesmas entidades;

b) acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares;

c) acordos visando a posterior reaquisição de bens vendidos até à data do balanço;

d) outros acordos que não se integrem no curso e objectivos normais da actividade da Empresa;

e) garantias verbais e outros contratos tais como compromissos com a compra ou venda de moeda estrangeira com prévia fixação de câmbios.

21 Não temos projectos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações. Também confirmamos que revimos cuidadosamente o risco de liquidez e consideramos adequados os acordos estabelecidos para assegurar a liquidez no prazo de um ano pelo menos.

22 Confirmamos que os ajustamentos identificados na sequência do vosso exame das demonstrações financeiras, e que não foram registados, não são significativos, em termos individuais e agregados, no contexto das demonstrações financeiras da Empresa. Confirmamos que não temos conhecimento da necessidade de outros ajustamentos.

O Conselho de Administração

Paiva Jorge do Rosário

Nelson Gee Gregor

Aniceto João Silva Soares

Cabo Verde Fast Ferry, SA
Reg. Nº 2792 / 2008/07/21

Cabo Verde Fast Ferry SA.

© 2013